



UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
COSEAC - COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA
PMM - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
EDITAL Nº 1/2018



Leia atentamente todas as informações da Capa do Caderno de Questões antes de começar a Prova.

TIPO DE PROVA

Z

De acordo com o subitem 7.15.13 do Edital, cabe ao candidato conferir se a letra do **TIPO DE PROVA** constante em seu Cartão de Respostas corresponde a letra do **TIPO DE PROVA** desse Caderno de Questões recebido. Caso haja qualquer divergência, o candidato deverá, imediatamente, informar ao Fiscal de Sala e solicitar a substituição do Caderno de Questões. O Cartão de Respostas será corrigido de acordo com o gabarito do **TIPO DE PROVA** constante no seu Cartão de Respostas.

Cargo: **FISCAL DE POSTURAS E TRANSPORTES**

NÍVEL:
MÉDIO II

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções ao candidato

(Parte integrante do Edital – subitem 13.2)

- Ao receber este **Caderno de Questões**, confira se o cargo indicado é aquele para o qual você está concorrendo, se não for notifique imediatamente ao Fiscal. Você será responsável pelas consequências se fizer a Prova para um cargo diferente daquele a que concorre.
- Além deste **Caderno de Questões**, você deverá ter recebido o **Cartão de Respostas**.
- Verifique se constam deste Caderno, de forma legível, **50 questões objetivas** e espaços para rascunho. Caso contrário, notifique imediatamente ao Fiscal.
- Confira seus dados com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Se eles estiverem corretos, assine o **Cartão de Respostas** e leia atentamente as instruções para seu preenchimento. Caso contrário, notifique imediatamente ao Fiscal.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Caderno de Questões** ou do **Cartão de Respostas** se você cometer erros ou rasuras durante a prova.
- Sob pena de eliminação do concurso, não é permitido fazer uso de instrumentos auxiliares para cálculos ou desenhos, ou portar qualquer material que sirva de consulta ou comunicação.
- Cada questão objetiva apresenta cinco opções de respostas, sendo apenas uma delas a correta. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois será atribuída pontuação zero à questão da Prova que contiver mais de uma ou nenhuma opção assinalada, emenda ou rasura.
- O tempo disponível para você fazer esta Prova, incluindo o preenchimento do **Cartão de Respostas**, é de quatro horas.
- Colabore com o Fiscal, na coleta da impressão digital.
- Use somente caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta para preencher o **Cartão de Respostas**. Não é permitido uso de lápis mesmo que para rascunho.
- Terminando a prova, entregue ao Fiscal o **Cartão de Respostas** assinado. A não entrega desse material implicará a sua eliminação no Concurso.
- Somente será permitido na última hora que antecede ao término da Prova levar o **Caderno de Questões**.

Após o aviso para o início da prova, você deverá permanecer no local de realização da mesma por, no mínimo, noventa minutos.

TÓPICO: Língua Portuguesa

Texto 1

NIEMEYER

Oscar Ribeiro de Almeida de Niemeyer Soares Filho, mais conhecido como Oscar Niemeyer, nasceu em 15 de dezembro de 1907 no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, e durante anos morou na casa de seu avô, Ribeiro de Almeida, em Maricá. Casou-se em 1928 com Annita Baldo. Dessa relação teve Anna Maria, sua única filha.

Aos 23 anos foi estudar na Escola Nacional de Belas Artes. Estagiou no escritório de Lúcio Costa, onde participou do projeto do Ministério da Educação. Niemeyer ganhou o mundo com projetos ousados e revolucionários. Itália, França, Argélia e até a ONU conheceram os traços desse ousado brasileiro. É autor de vários projetos importantes no Brasil como Brasília, o conjunto da Pampulha e o Sambódromo do Rio.

“Minha família vinha de Maricá. Meu avô Ribeiro de Almeida nasceu lá. Já meu avô Niemeyer não o conheci. Sempre morei com esse avô Ribeiro de Almeida. Ele foi juiz de direito em Maricá e depois foi para o Rio. Ele chegou a ministro do Supremo, e a casa era muito frequentada. Ele era um sujeito correto. De modo que, em tempos de esculhambação, a lembrança dele é muito boa.”

CASA DE MARICÁ

A Casa de Maricá foi um presente de Horácio de Carvalho, jornalista e dono do Diário Popular. Amigos desde a juventude, frequentavam o café Lamas, o bilhar, os cabarés da cidade e as noites do Rio de Janeiro. (...) Certo dia, Horácio ligou para Niemeyer e disse: “A casa é sua. Só você pode consertá-la...”. (...)

“É uma bela casa. A varanda larga a completar as salas, convidando-nos a nela ficar com frequência. Dentro, são oito quartos, separados pelas salas, amplas, sem a disciplina e a lógica funcional que os projetos de hoje apresentam (uma das características das casas coloniais). E o telhado a descer com seu galeio natural, adaptando-se à capela que surge no conjunto dominadora, como uma verdadeira igreja.”

Texto editado. Disponível em:
<https://leisecamarica.com.br/maricaense-oscar-niemeyer-e-sua-historia-com-a-cidade/>

01 De que acordo com as informações presentes no texto 1, pode-se afirmar que Niemeyer:

- (A) viveu na Casa de Maricá construída na antiga fazenda de seu avô.
- (B) foi presenteado com a Casa de Maricá por um amigo de juventude.
- (C) nasceu em Laranjeiras e foi, bem cedo, viver na Casa de Maricá.
- (D) era neto de Ribeiro de Almeida, o qual não conheceu.
- (E) casou-se com Annita Baldo, com quem viveu em Maricá.

02 No texto biográfico sobre Niemeyer, a polifonia, isto é, a presença de várias vozes no texto, está evidente:

- (A) no discurso direto em “...Horácio ligou para Niemeyer e disse: ‘A casa é sua’”. (linhas 28-29)
- (B) no emprego da terceira pessoa em “Oscar Ribeiro de Almeida de Niemeyer Soares Filho, (...) nasceu em 15 de dezembro de 1907...” (linhas 1-3)
- (C) na menção a outros personagens em “Meu avô Ribeiro de Almeida...” (linhas 16-17), “...Horácio de Carvalho, jornalista e dono do Diário Popular.” (linhas 24-25)
- (D) na enumeração em “...frequentavam o café Lamas, o bilhar, os cabarés da cidade e as noites do Rio de Janeiro.” (linhas 26-28)
- (E) na alternância de emprego do tempo passado e do presente em “Estagiou no escritório de Lúcio Costa...” (linha 9) e “É autor de vários projetos importantes...” (linhas 13-14)

03 O objeto direto pleonástico, como recurso de ênfase, foi usado em:

- (A) “Só você pode consertá-la...” (linhas 29-30)
- (B) “Niemeyer ganhou o mundo...” (linha 11)
- (C) “Itália, França, Argélia e até a ONU conheceram os traços desse ousado brasileiro.” (linhas 12-13)
- (D) “Já meu avô Niemeyer não o conheci.” (linhas 17-18)
- (E) “...frequentavam o café Lamas, o bilhar, os cabarés da cidade e as noites do Rio de Janeiro.” (linhas 26-28)

04 “Dessa relação teve Anna Maria, sua única filha.” (linhas 6-7) O pronome sublinhado no sintagma “dessa relação” atua na coesão textual:

- (A) retomando “Casou-se em 1928 com Annita Baldo”. (linhas 5-6)
- (B) remetendo-se à “relação”. (linha 6)
- (C) referindo-se ao contexto circunstancial: “em 1928” (linhas 5-6) e “no Rio de Janeiro”. (linha 4)
- (D) lançando uma prospecção quanto à “Anna Maria, sua única filha”. (linhas 6-7)
- (E) indicando a proximidade em relação ao enunciador do texto.

05 Os predicados sublinhados em: “Ele foi juiz de direito em Maricá e depois foi para o Rio.” (linhas 19-20) são:

- (A) respectivamente, verbal, com caráter descritivo, e nominal, com caráter narrativo.
- (B) respectivamente, nominal, com caráter descritivo, e verbal, com caráter narrativo.
- (C) ambos verbais, com caráter narrativo.
- (D) ambos verbais, com caráter descritivo.
- (E) ambos nominais, com caráter descritivo.

06 A regência verbal observada em “...adaptando-se à capela...” (linha 37) é a mesma de:

- (A) “E o telhado a descer com seu galeio natural...” (linhas 36-37)
- (B) “Aos 23 anos foi estudar na Escola Nacional de Belas Artes.” (linhas 8-9)
- (C) “A varanda larga a completar as salas...” (linhas 31-32)
- (D) “...sem a disciplina e a lógica funcional que os projetos de hoje apresentam...” (linhas 34-35)
- (E) “Ele chegou a ministro do Supremo...” (linha 20)

07 É formada pelo processo de composição a palavra:

- (A) Supremo.
- (B) projeto.
- (C) Sambódromo.
- (D) ONU.
- (E) Maricá.

Texto 2



Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/atracao/nosso-oscar-niemeyer/>

08 De acordo com o imaginário popular materializado na imagem, a charge que homenageia Niemeyer tem como tema:

- (A) sua preocupação com a estética das cidades, por causa da imagem da Terra.
- (B) sua falsa modéstia, por causa de sua ideia de fazer projetos superiores aos de Deus.
- (C) seu profissionalismo, por causa do diploma enrolado em suas mãos.
- (D) seu ateísmo, por causa do homem cabeludo e barbudo que representa Deus.
- (E) seu falecimento, por causa de seu diálogo com São Pedro, o “porteiro do céu”.

09 Na fala “Quero uma reunião com seu superior. Preciso apresentar-lhe uns projetos para melhorar aquele lugar ali!”, o elemento que se refere à segunda pessoa, isto é, àquela com quem o enunciador fala, é:

- (A) ali.
- (B) aquele.
- (C) lhe.
- (D) seu.
- (E) uns.

10 A oração sublinhada em “Preciso apresentar-lhe uns projetos para melhorar aquele lugar ali!” expressa:

- (A) consequência.
- (B) fim.
- (C) adição.
- (D) causa.
- (E) explicação.

TÓPICO: Raciocínio Lógico e Noções de Informática

11 Uma padaria criou uma embalagem que comporta 15 empadas ou 20 brigadeiros. Um cliente fez um pedido com 6 empadas e vai completar a embalagem com brigadeiros. A quantidade de brigadeiros que essa embalagem ainda pode comportar é:

- (A) 12.
- (B) 11.
- (C) 10.
- (D) 9.
- (E) 8.

12 Em um grupo de 10 pessoas, cada uma deverá cumprimentar todas as demais com apenas um aperto de mãos. O número de apertos de mãos que serão dados será igual a:

- (A) 90.
- (B) 75.
- (C) 60.
- (D) 50.
- (E) 45.

13 Um pai fez um acordo com seu filho que tinha uma lista de 30 problemas de matemática para resolver, combinando que daria ao filho R\$ 2,00 a cada problema que o filho acertasse; e que o filho daria a ele, pai, R\$ 0,50 a cada problema que errasse. Ao término da tarefa, corrigidas todas as respostas, o filho teve um saldo de R\$ 25,00 a receber. O número de problemas de matemática que esse filho errou foi:

- (A) 15.
- (B) 14.
- (C) 12.
- (D) 10.
- (E) 8.

14 Observe a seguinte sequência lógica:

A2H B4G C8F D16E

Seguindo a mesma lei de formação, o próximo elemento da sequência será:

- (A) E64F.
- (B) E64E.
- (C) E64D.
- (D) E32F.
- (E) E32D.

15 Uma caixa contém bolas coloridas, todas feitas do mesmo material e de mesmo tamanho, sendo distribuídas pelas cores da seguinte forma: 6 bolas azuis, 4 vermelhas, 8 amarelas, 12 verdes e 10 pretas. A quantidade mínima de bolas que uma pessoa de olhos vendados terá que retirar, de forma que possa garantir ao menos duas de mesma cor, é:

- (A) 16.
- (B) 32.
- (C) 6.
- (D) 12.
- (E) 40.

16 No painel de controle com exibição por ícones pequenos do Windows 7, o acesso direto ao assistente de configuração de rede é realizado por meio:

- (A) dos programas padrão.
- (B) dos programas e recursos.
- (C) do Windows Mobility Center.
- (D) da central de rede e compartilhamento.
- (E) da solução de problemas.

17 Ao apertar a tecla que possui o logotipo do Windows com o Sistema Operacional Windows 7 em funcionamento, será:

- (A) solicitado o login do usuário.
- (B) reiniciado o computador.
- (C) exibido o painel de controle.
- (D) exibido o menu iniciar.
- (E) exibida a barra de tarefas.

18 Avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas a seguir sobre a segurança da informação:

- I O firewall normalmente protege a rede interna tanto de ataques externos quanto de ataques internos.
- II A utilização de um firewall isoladamente não garante segurança.
- III O firewall normalmente nega o acesso de usuários não autorizados a um determinado *host* ou arquivo.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) F, V e V.
- (C) V, V e F.
- (D) V, F e V.
- (E) F, F e V.

19 No MS Excel 2016, considere que o usuário acabou de abrir a planilha e digitou na célula C11 o valor 20 e na célula C15 o valor 10. Em seguida o usuário digitou e executou na célula E10 a fórmula = C11 + C15 e, posteriormente, moveu a fórmula da célula E10 pela alça de preenchimento até a célula E11. O resultado, após estas operações, retornará:

- (A) 50.
- (B) 32.
- (C) 30.
- (D) 26.
- (E) 0.

20 No grupo configurar página da guia Layout do MS Word 2016, para ajustar um documento digitado com as configurações de formato A4 e de retrato, devem-se selecionar, respectivamente, as opções:

- (A) tamanho e orientação.
- (B) tamanho e colunas.
- (C) orientação e tamanho.
- (D) orientação e margens.
- (E) margens e orientação.

TÓPICO: Conhecimentos Específicos

21 Tanto a Constituição Federal de 1988 como a Lei de Processo Administrativo (Lei Federal nº 9.784/99) preceituam que a Administração Pública deverá obedecer aos princípios do(a):

- (A) legalidade, moralidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade e publicidade.
- (C) motivação, impessoalidade e eficiência.
- (D) finalidade, moralidade e eficácia.
- (E) ampla defesa, contraditório e segurança jurídica.

22 As Autarquias serão criadas por:

- (A) lei interestadual.
- (B) lei específica.
- (C) decreto presidencial.
- (D) decreto legislativo.
- (E) autorização legislativa.

23 Quanto à forma de exteriorização (aspecto formal), a espécie de ato administrativo que configura um instrumento formal expedido pela Administração que, através dele, expressa aquiescência no sentido de ser desenvolvida certa atividade pelo particular é o(a):

- (A) provimento.
- (B) portaria.
- (C) parecer.
- (D) ofício.
- (E) alvará.

24 Tício, Fiscal de Posturas e Transportes do Município de Maricá, em ato de fiscalização, teve que multar um estabelecimento comercial que funcionava em desacordo com as normas vigentes no Município. Assim, está correto afirmar que Tício aplicou ao dono do estabelecimento um(a):

- (A) sanção administrativa.
- (B) processo administrativo disciplinar.
- (C) pena de demissão.
- (D) concessão administrativa.
- (E) admoestação verbal.

25 Quando o Poder Público interfere na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse público, restringindo direitos individuais, atua no exercício do poder:

- (A) regulamentar.
- (B) hierárquico.
- (C) disciplinar.
- (D) de polícia.
- (E) de persuasão.

26 Segundo a Lei nº 8.666/93, é dispensável a licitação:

- (A) quando o Município tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (B) para construção, ampliação, reforma e aprimoramento de estabelecimentos penais, desde que configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública.
- (C) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, ainda que incompatíveis com as finalidades do órgão ou entidade.
- (E) na contratação de fornecimento de energia elétrica e etanol com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

27 Com relação ao Controle da atividade administrativa, é correto afirmar que:

- (A) uma pessoa de 58 (cinquenta e oito) anos terá prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, nos procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado.
- (B) um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, desde que estes lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- (C) a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (D) salvo disposição legal específica, é de quinze dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência da decisão recorrida, e não da sua divulgação oficial.
- (E) em decisão na qual se evidencie acarretarem lesão ao interesse público e prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos insanáveis poderão, ainda assim, ser ratificados pela própria Administração.

28 Extingue-se a concessão da prestação de serviços públicos por:

- (A) tutela.
- (B) prescrição.
- (C) perempção.
- (D) encampação.
- (E) caducidade.

29 Considerando-se os Direitos e Garantias Fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- (A) são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos, desde que possuam renda familiar de até metade de um salário mínimo, requisito este expresso na Constituição.
- (C) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo os condenados por crime hediondo, após a publicação da sentença final condenatória.
- (D) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que decreto presidencial regulamentar estabelecer.
- (E) a igualdade formal entre homens e mulheres é objetivo a ser alcançado pelo Estado brasileiro em, no máximo, trinta anos, contados da promulgação da Constituição.

30 A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Nesse contexto, segundo a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que o controle externo da Câmara Municipal será exercido:

- (A) pelos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado.
- (B) pelo Tribunal de Contas do Estado.
- (C) pela estrutura de controle interno do Poder Legislativo Municipal, onde houver lacuna de atuação do controle externo do Poder Executivo Municipal.
- (D) de forma auxiliar pela Controladoria-Geral da União (CGU), já que o Município não possui Tribunal de Contas Municipal.
- (E) com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município, ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

31 Quanto à repartição constitucional de competências na Constituição de 1988, compete aos Municípios:

- (A) suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- (B) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação de nível médio profissionalizante e ensino superior.
- (C) legislar sobre assuntos de interesse estadual.
- (D) legislar concorrentemente com Estados e o Distrito Federal sobre produção e consumo.
- (E) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação federal.

32 Com relação às Disposições Gerais da Administração Pública na Constituição de 1988, é correto afirmar que:

- (A) os vencimentos dos cargos do Executivo e do Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.
- (B) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros.
- (C) o cargo comissionado é declarado em lei de livre nomeação e demissão.
- (D) as funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (E) ao servidor público civil são proibidas a sindicalização e a greve.

33 São impostos dos Municípios:

- (A) ITR, ITBI e contribuição previdenciária.
- (B) ITR, IPVA e ISS.
- (C) IR, ICMS e contribuição previdenciária.
- (D) IPTU, ITBI e ISS.
- (E) IPTU, IPVA e IR.

34 Em matéria tributária, o princípio da irretroatividade consiste na proibição de os entes federativos tributantes cobrarem tributos:

- (A) sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, quando não puder retroagir.
- (B) sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão, se isso for beneficiar o réu.
- (C) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (D) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (E) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

35 Crívio, cidadão de Maricá, queria abrir um comércio, sem passar pelos trâmites legais. Ciente disto, Mévio, funcionário público municipal, solicitou-lhe diretamente para si, no exercício da função e em razão dela, quantia em dinheiro em espécie que era indevida, para conseguir “agilizar” a abertura do comércio em questão. Considerando-se esse caso hipotético, Mévio cometeu crime de:

- (A) roubo.
- (B) corrupção passiva.
- (C) prevaricação.
- (D) corrupção ativa.
- (E) concussão.

36 Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação. Nesse contexto, levando-se em conta o direito urbanístico e a Lei Federal nº 10.257/2001, considera-se subutilizado o imóvel:

- (A) que se propôs a cultivar um hectare de terra, mas acabou cultivando duas ou mais vezes além deste limite.
- (B) que foi pelo menos duas vezes notificado pelo Poder Executivo municipal para o cumprimento da obrigação de utilização.
- (C) cujo cultivo seja inferior àquele para o qual foi alugado ou arrendado em contrato.
- (D) cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente.
- (E) cuja utilização sirva a propósito diferente daquele para o qual foi alugado ou arrendado.

37 Segundo a Lei Federal nº 6.766/1979, são formas de parcelamento do solo urbano:

- (A) quota e desmembramento.
- (B) quinhão e secção.
- (C) loteamento e fragmentação.
- (D) fragmentação e destacamento.
- (E) loteamento e desmembramento.

38 Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano:

- (A) não enseja sanção, seja ela penal ou administrativa.
- (B) constitui crime contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural.
- (C) não constitui crime.
- (D) constitui crime de poluição.
- (E) constitui crime contra a fauna.

39 De acordo com a Constituição Federal de 1988, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente:

- (A) têm caráter meramente administrativo, cabendo ao órgão ambiental lavrar a multa cabível a cada espécie de infração.
- (B) serão punidas com pena de 1 (um) a 4 (quatro) anos, podendo ser aumentada de um terço à metade.
- (C) são preocupação do Poder Público, porém não podem ser punidas sem a autorização da vítima.
- (D) são direito da coletividade, cabendo à mesma defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- (E) sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

40 Considera-se trânsito o(a):

- (A) utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- (B) uso das vias por veículos motorizados, pedestres e animais de tração, para fins exclusivos de circulação.
- (C) obstáculo físico construído como separador de duas pistas de rolamento, eventualmente substituído por marcas viárias.
- (D) movimento e fluxo de carros que circulam em uma rua, excetuando-se o pedestre, que é mais vulnerável e integra conceito distinto.
- (E) margem da pista, podendo ser demarcado por linhas longitudinais de bordo que delineiam a parte da via destinada à circulação de veículos.

41 Nenhuma obra ou evento que possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança, será iniciada sem permissão prévia do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via. Nesse contexto, é correto afirmar que a obrigação de sinalizar é do(s):

- (A) veículos que transitam na via onde ocorre a obra ou evento.
- (B) responsável pela execução ou manutenção da obra ou do evento.
- (C) responsável pela fiscalização da obra ou do evento.
- (D) pedestres que passarem pela obra ou evento, sob pena de multa pela omissão.
- (E) governo federal, por meio do seu órgão fiscalizador do trânsito.

42 Estacionar o veículo onde houver sinalização horizontal delimitadora de ponto de embarque ou desembarque de passageiros de transporte coletivo ou, na inexistência desta sinalização, no intervalo compreendido entre dez metros antes e depois do marco do ponto:

- (A) não constitui nenhuma infração.
- (B) constitui infração leve.
- (C) constitui infração média, punida com multa.
- (D) constitui infração gravíssima, punida com multa.
- (E) constitui crime de trânsito.

43 Considera-se transporte coletivo, para os efeitos da Lei Orgânica do Município de Maricá, o serviço regular e contínuo de condução de pessoas, mediante o pagamento de passagens individuais ou coletivas, efetuado por veículos automotores, com itinerários e horários previamente estabelecidos. Nesse contexto, é correto afirmar que é considerado serviço de transporte coletivo, também sujeito às disposições da referida lei, o transporte:

- (A) feito com tração animal, dentro do território do Município, mediante pagamento de frete e demais encargos tributários.
- (B) de pessoas em passeios ou excursões turísticas, dentro do território do Município, mediante pagamento de passagens individuais, coletivas ou de frete.
- (C) de pessoas na caçamba de caminhonetes, vulgarmente conhecido como “pau de arara”, desde que mediante pagamento de passagem individual.
- (D) de pessoas de qualquer ponto a estações terrestres, marítimas ou aéreas e vice-versa, dentro do território brasileiro, ainda que sem o pagamento de passagens.
- (E) de animais da fauna silvestre realizado pelos agentes do IBAMA pelas vias terrestres dentro do território do Município.

44 Acerca das disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Maricá sobre remoção, redistribuição, disponibilidade e aproveitamento do funcionário, é correto afirmar que:

- (A) redistribuição é a movimentação do servidor, com o respectivo cargo, dentro do mesmo quadro de pessoal, desde que o plano de cargos e remuneração seja semelhante.
- (B) o substituto assumirá o exercício do cargo nos afastamentos ou impedimentos do titular, desde que haja aprovação de um terço da câmara municipal.
- (C) remoção é o deslocamento do funcionário, a pedido ou de ofício, com preenchimento claro de lotação, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- (D) o aproveitamento do funcionário que se encontra em disponibilidade há mais de 12 (doze) meses dependerá de prévia comprovação de sua capacidade intelectual, mediante prova objetiva de aptidão.
- (E) extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o funcionário estável ficará indisponível, mas sem prejuízo da remuneração integral.

45 Constitui indenização devida ao funcionário público do Município de Maricá:

- (A) vale-alimentação.
- (B) gratificação natalina.
- (C) ajuda de custos.
- (D) auxílio pecuniário.
- (E) adicional por tempo de serviço.

46 Acerca das normas de higiene pública e proteção ambiental previstas no Código de Posturas de Maricá, é correto afirmar que:

- (A) o gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.
- (B) para podar uma árvore da arborização pública basta consentimento implícito ou tácito da Prefeitura.
- (C) as fábricas de doces e massas deverão deixar as janelas das salas de preparo sempre abertas e sem telas, para circulação.
- (D) a lavagem da louça e talheres nos hotéis, restaurantes e bares poderá ser realizada em baldes, tonéis ou vasilhas cheios d’água.
- (E) a derrubada do mato não dependerá de licença da Prefeitura.

47 Trícia, Fiscal de Posturas e Transportes do Município de Maricá, deverá aplicar multa ao cidadão que perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, tais como:

- (A) os produzidos entre 19h da noite e 03h da manhã.
- (B) os de motores de explosão, mesmo que providos de silenciosos ou com estes em bom estado de funcionamento.
- (C) música proveniente de mercado de hortifrutigranjeiros.
- (D) a propaganda realizada com alto-falante, mesmo com prévia autorização da Prefeitura.
- (E) os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos.

48 Segundo o Código de Posturas municipal, as bancas para a venda de jornais e revistas poderão ser permitidas, nos logradouros públicos, desde que satisfaçam a determinadas condições, dentre as quais estão:

- (A) apresentarem bom aspecto quanto à sua construção e não exceder o tamanho de um apartamento de quatro quartos.
- (B) ocuparem apenas um sexto da extensão da calçada e não perturbarem o trânsito público.
- (C) serem de fácil remoção e não perturbarem o trânsito público.
- (D) ocuparem apenas um terço da extensão da calçada e não exceder o tamanho de um apartamento de quatro quartos.
- (E) serem de fácil remoção e terem sua localização reprovada pela Prefeitura.

49 Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem prévia licença da Prefeitura, concedida a requerimento dos interessados mediante pagamento de tributos devidos. O requerimento de licença deverá especificar com clareza alguns aspectos, como, por exemplo, o local em que o requerente pretende exercer sua atividade. Considerando-se esse cenário, é correto afirmar que a licença de localização poderá ser cassada:

- (A) como medida repressiva, a bem da higiene e do sossego públicos.
- (B) por solicitação do Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
- (C) quando se tratar de negócio igual ao do requerimento.
- (D) se o licenciado se negar a exhibir o alvará de localização à autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo.
- (E) se for decretada situação de calamidade pública, como seca ou inundação na cidade.

50 Do Capítulo sobre Infrações e Penalidades, contido no Código de Posturas Municipal, é correto asseverar que:

- (A) a multa paga no prazo regulamentar será inscrita em Dívida Ativa.
- (B) apenas os fiscais são autoridades para confirmar os autos de infração e arbitrar multas.
- (C) as multas serão impostas em grau leve, médio, grave ou gravíssimo.
- (D) no processo de execução, o infrator terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa.
- (E) são espécies de penalidades, dentre outras, a notificação, a intimação e a inutilização de produtos.

Espaço reservado para rascunho

Espaço reservado para rascunho